

## O desastre de Mariana através do Jornal a Sirene: a emergência de uma estrutura de sentimento entre os atingidos<sup>1</sup>

Natanael de Alencar Santos<sup>2</sup>

ORCID: 0000-0002-8607-5120

**Resumo:** Entendendo o desastre de Mariana como um processo ainda em curso, o artigo busca enfatizar e tensionar camadas de investigação às investidas da Sociologia dos Desastres no terreno das dimensões subjetivas associadas a tais processos disruptivos. Isso significa que exercita um tipo de análise que se implica na compreensão dos impactos sociais, mais especificamente as transformações no auto entendimento coletivo, a elaboração e construção de sentidos para os desastres e as disputas destes, uma vez que abertos à negociação em uma esfera pública. Na impossibilidade do trabalho de campo por causa da crise sanitária da Covid-19, é a partir da análise documental de edições do jornal A Sirene, veículo comunitário realizado centralmente por atingidos da região rural de

50

---

<sup>1</sup> Agradecimentos: Uma versão inicial deste artigo foi apresentada no 46º Encontro anual da Anpocs no Simpósio de Pesquisas Pós-Graduadas intitulado Ciências Sociais e Desastres Socioambientais: diálogos urgentes, coordenado por Fábio Bacchiegga (IEA/USP (Cidades Globais) e Maryanne Rizzo Correa da Costa Galvão (UFPI). Agradeço a ambos e aos outros pesquisadores presentes pelas contribuições. Agradeço imensamente à professora Maria Morais, orientadora responsável pelas provocações iniciais deste artigo e aos professores Victor Marchezini e Bruno Milanez por ricas interlocuções ao longo das aulas ministradas nos programas de pós-graduação de Desastres Naturais (UNESP) e Geografia (UFJF) e no Seminário Cartografia das Ruínas do Antropoceno Brasileiro.

<sup>2</sup> Doutorando em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (2018) na Universidade Federal da Paraíba. Licenciado em Ciências Sociais (2019) pela mesma universidade. Possui graduação em Comunicação Social pela Faculdade Santo Agostinho de Teresina (2012). É membro do grupo de pesquisa TRAMA - Terra, Trabalho, Migração e Memória (Cnpq). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7528521103315148>.

Mariana desde 2016, que o artigo busca identificar a emergência e a sedimentação de uma “estrutura de sentimento”: um processo de assemblage emocional, de arranjo afetivo processual e de produção de uma nova consciência a partir do desastre que a ideia de estrutura de sentimento busca lidar. Isso se torna viável a partir de fragmentos com tonalidade testemunhal que possibilitam remontar uma dinâmica de sofrimento social e de instâncias de empoderamento, bem como perceber dimensões de uma política de memória. No horizonte, essa estrutura de sentimento é articulada tanto por uma ampliação da solidariedade quanto por uma luta por reconhecimento (e por reparação). Essa estrutura de sentimento, por fim, traz para o primeiro plano uma outra história da mineração que, sugiro, está submergida em um contexto de trauma cultural.

**Palavras chave:** Antropoceno. desastre de Mariana. extrativismo mineral brasileiro. sociologia dos desastres.

**Abstract:** Understanding the Mariana disaster as an ongoing process, the article seeks to emphasize and tension layers of investigation to the attacks of Sociology of Disasters in the field of subjective dimensions associated with such disruptive processes. This means that it exercises a type of analysis that involves the understanding of social impacts, more specifically the transformations in collective self-understanding, the elaboration and construction of meanings for disasters and their disputes, once they are open to negotiation in a public sphere. In view of the impossibility of fieldwork due to the health crisis of Covid-19, it is based on the analysis of editions of the newspaper *A Sirene*, a community vehicle carried out centrally by those affected in the rural region of Mariana since 2016, that the article seeks to identify the emergency and the sedimentation of a “structure of feeling”: a process of emotional assemblage, of procedural affective arrangement and the production of a new conscience from the disaster that the idea of structure of feeling seeks to deal with. This becomes feasible from fragments with a testimonial tone that make it possible to reassemble a dynamic of social suffering and instances of empowerment, as well as to perceive dimensions of a memory policy. On the horizon, this structure of feeling is articulated both by an expansion of solidarity and by a struggle for recognition (and reparation). This structure of feeling finally brings to the fore another mining story that, I suggest, is submerged in a context of cultural trauma.

**Keywords:** Anthropocene. Mariana disaster. Brazilian mineral extractivism. sociology of disasters.

**Resumen:** Entendiendo el desastre de Mariana como un proceso en curso, el artículo busca enfatizar y tensionar capas de investigación a los ataques de la Sociología de los Desastres en el campo de las dimensiones subjetivas asociadas a tales procesos disruptivos. Esto significa que ejerce un tipo de análisis que involucra la comprensión de los impactos sociales, más específicamente las transformaciones en la autocomprensión colectiva, la elaboración y construcción de sentidos para los desastres y sus disputas, una vez abiertos a negociación en un espacio público. Ante la imposibilidad del trabajo de campo por la crisis sanitaria del Covid-19, se parte del análisis documental de ediciones del periódico A Sirene, vehículo comunitario que realizan de forma centralizada los afectados de la zona rural de Mariana desde 2016, que el artículo busca identificar la emergencia y la sedimentación de una “estructura de sentir”: un proceso de ensamblaje emocional, de arreglo afectivo procedimental y de producción de una nueva conciencia a partir del desastre que la idea de estructura de sentir pretende tratar. Esto se hace factible a partir de fragmentos con tono testimonial que permiten reensamblar una dinámica de sufrimiento social e instancias de empoderamiento, así como percibir dimensiones de una política de memoria. En el horizonte, esta estructura de sentimiento se articula tanto por una expansión de la solidaridad como por una lucha por el reconocimiento (y la reparación). Esta estructura de sentimiento trae finalmente a primer plano otra historia minera que, sugiero, está sumergida en un contexto de trauma cultural.

**Palabras clave:** Antropoceno. desastre de Mariana. extractivismo mineral brasileño. sociología de los desastres.

## Uma contribuição à Sociologia dos Desastres

Sugiro ser relevante adicionar e tensionar uma camada de investigação às investidas no campo da Sociologia dos Desastres, no terreno das dimensões subjetivas associadas a tais processos disruptivos. Isso significa que endosso um tipo de análise que implica na compreensão dos impactos sociais, mais especificamente nas transformações no auto entendimento coletivo, a elaboração e construção de sentidos para os desastres e as disputas desses sentidos, uma vez que abertos à negociação em uma esfera pública. Este trabalho, entre outras coisas, intenta uma contribuição dessa natureza.

O rompimento (e as consequências associadas) da barragem do Córrego do Fundão, na zona rural de Mariana, no estado de Minas Gerais, em novembro de 2015, possibilita por um lado a construção de importantes chaves de leitura sobre as condições estruturais de sua ocorrência (ZONTA e TROCATE, 2016) e, por outro, lega importantes contribuições para expedientes mais pragmáticos, seja no embasamento de ações da Defesa Civil, seja no efetivo trabalho de atores engajados no processo de reparação dos atingidos. Nesse sentido, diante de uma sinistra pedagogia, visto que o desastre possibilita um aprendizado interpretativo para as ciências sociais, questiono sobre o que o extrativismo mineral contemporâneo é capaz de fazer com sujeitos. Farei isso com base em fragmentos colhidos em um jornal comunitário construído por atingidos pelo rompimento do desastre da Samarco Mineração — uma *joint venture* gerida pela Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton<sup>3</sup>. Por isso, gostaria de, em um primeiro momento e de forma sintética, comentar sobre esse tipo particular de aproximação no interior da zona de interesse mais ampla da Sociologia dos Desastres para depois fazê-la incidir sobre o desastre de Mariana.

Colocar o pensamento e o instrumental científico à serviço desse tipo de fenômeno foi, hegemonicamente, uma tarefa que pesquisadores ligados ao campo geofísico e das engenharias se dedicaram com mais intensidade, engajados na modelização, parametrização, na possibilidade de gerenciamento, predição de riscos, bem como estratégias recuperação frente a eles (HEWITT, 1983, p.6). Havia uma íntima correlação com riscos provenientes da natureza, cristalizando-se uma aproximação tecnocrática e com ênfase na dimensão institucional burocrática

---

<sup>3</sup> Samarco — Quem somos? <https://www.samarco.com/quem-somos/>

ligados aos, assim compreendidos, desastres “naturais”. Contudo, mudanças paradigmáticas tensionaram cada vez mais a ausência do componente social da moldura de compreensão dos desastres, que passaram a ser desnaturalizados tanto no que diz respeito às suas causas de fundo quanto ao escopo dos efeitos desencadeados.

Segundo revisão bibliográfica de Marchezini (2009; 2018) os estudos sociais ligados aos desastres podem ser rastreados até seu início mais ou menos consensual, em 1917, com o trabalho do sociólogo Samuel Prince sobre a colisão de dois navios em uma cidade do Canadá e como a vida das pessoas foi impactada e rearranjada por causa disso. Desde então, expandiram-se noções que implicam uma maior preponderância de dimensões estruturais históricas, culturais, políticas, econômicas, seja em discussões orientadas à exposição diferencial aos riscos devido a marcadores sociais da diferença, à maior ou menor capacidade de resiliência, às dimensões de vulnerabilidade de coletividades, seja em discussões centradas em elementos mais subjetivos como a percepção dos desastres, nos impactos nos vínculos e relações de sujeitos ou nas identidades de grupos. Nesse sentido, gostaria de destacar uma seleção de estudos nacionais relativamente recentes, com o objetivo de ilustrar o tipo de contribuição particular da Sociologia dos Desastres como um todo e também indica componentes valiosos para a interpretação proposta neste trabalho.

As cientistas sociais Cristiana Losekann, Andrea Zhouri, Norma Valêncio e Telma Camargo Silva têm se dedicado, cada uma de maneira específica, ao tema dos desastres no Brasil. Vejo no trabalho delas um convite a compor o pensamento a partir da danificada paisagem imaterial, vivencial, repleta de histórias, memórias e pontos de ancoragem de pertencimento e vínculos. Destaco, no interior da vasta obras delas, como a atenção a aspectos sociais subjetivos tem sido desenvolvida. A começar por Losekann (2018), quando investiga como emergiu a mobilização política dos atingidos pelo desastre da mineradora Samarco, atenta para o papel crucial das emoções, do enquadramento simbólico, dos valores dispostos em cena, na articulação de narrativas e como elas dimensionam o conflito. Em Zhouri et al. (2016; 2018) a discussão sobre os atingidos por desastres ligados ao setor extrativo mineral engloba camadas subjetivas ao sugerir regiões de sofrimento não numérico, o que denomina, ecoando Veena Das (1995), de “sofrimento social”; além disso, empreende investigação sobre modos de objetivação e de subjetivação

dos sujeitos afetados, algo de crucial relevância no processo de reparação: ser um “atingido” do ponto de vista institucional nem sempre encontra correspondência ou nem sempre reconhece diferentes camadas das experiências de violência. Até aqui podemos perceber no trabalho de ambas uma valorização das formas que as pessoas sentem ou incorporam uma condição de mundo danificado, o que são capazes de fazer com ela para além do lugar de vítima, mas como agentes políticos em conflitos extremamente assimétricos.

A consolidação do campo da Sociologia dos Desastres no Brasil passa, incontornavelmente, pela produção de Norma Valêncio. Desde o alargamento das noções que o conceito implica, às diferentes variáveis que podem ser acionadas, seja expandindo a abordagem temporal para enxergar desastres tanto como eventos quanto como processos, ou identificando diversas e diferenciais capacidades institucionais e causas de fundo estruturais, Valêncio também dedica atenção aos atributos psicossociais e morais, buscando igualmente ampliar a relevância dada aos danos e dados subjetivos, tomando-os não por si mesmos, mas sempre situando-os em esferas mais coletivas. É desta maneira, também, que a antropóloga Telma Camargo Silva desenvolve, há mais de três décadas, algumas interrogações sobre o desastre de Césio 137, na década de 1980 em Goiânia. Silva (2017) questiona-se sobre os motivos da ausência de protagonismo político ao longo do eixo geracional, manifesto em forma de retração do engajamento ou mesmo silêncio das pessoas mais jovens do lugar, que já haviam nascido na época do desastre ou eram descendentes que nasceram posteriormente. Tornando a longa história curta, para ela estão em jogo questões como pertencimento, condições de agência, representação, identidade ou, nas palavras da autora, uma “dramaturgia social”, bem como uma política de memória.

As autoras acima pavimentam e subsidiam o tipo de análise que este artigo tenta delinear e elas serão oportunamente retomadas, bastando por hora indicar que elas sinalizam uma transição no campo da ciência do desastre para uma orientação qualitativa cuja ênfase está no “campo dos sujeitos, concebendo a natureza dos desastres no plano da organização social” (MARCHEZINI, 2018, p. 50) de forma contextualizada, situada, sem contudo ignorar a dimensão estrutural nem institucional.

## Apresentação do Jornal A Sirene

No dia 5 de novembro de 2015, o sistema de alarme que deveria soar na região de Bento Rodrigues, onde estava instalada a barragem do Fundão, permaneceu inativo. Por causa disso, o rompimento da barragem da Samarco não foi antecedido por nenhum aviso de precaução. Três meses depois, a primeira edição do Jornal A Sirene (doravante JAS) é publicada e parte de sua função é ecoar um alerta perene. O veículo comunitário foi viabilizado coletivamente, contando com atingidos — principalmente dos territórios de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Ponte do Gama, Pedras, Campinas, Borba e Camargos<sup>4</sup> — o grupo de apoio #UmMinutoDeSirene, a agência produtora de conteúdo NITRO, membros do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas da UFOP e a arquidiocese de Mariana. As edições são mensais, com cerca de 16 páginas cada e a tiragem mensal, no período analisado, é normalmente de dois mil exemplares. Um dos objetivos patentes, manifesto pelos produtores, é além de informar sobre o complexo processo de reparação, também engajar a opinião pública em nível regional. Mas, antes disso, projeta-se como um substrato onde a versão dos atingidos possa ser vocalizada, funcionando como um dispositivo de comunicação estratégica.

57

Meu objetivo principal, a partir do JAS, é ampliar a discussão acerca dos desastres embasada sobre dimensões subjetivas, mobilizando o teor testemunhal em suas publicações ao longo de quatro anos (de fevereiro de 2016 a dezembro de 2019 — totalizando 44 edições), tentando detectar uma estrutura de sentimento (WILLIAMS, 1979) em emergência e em trânsito. O recorte diz respeito ao início das edições até o período anterior ao surto da pandemia de Covid-19, visto que é um momento que exige discussões e análises mais pormenorizadas, com feitura ainda em andamento.

Quando refleti sobre o desastre de Mariana, especificamente nos impactos sofridos pela população e nas dimensões subjetivas ligadas a eles, decidi que o JAS seria uma valiosa base documental para aferir uma série de fenômenos, pois trata-se de um jornal comunitário, de autoria compartilhada, que me fez pensar nos moldes da “nova autoridade etnográfica” (CLIFFORD, 1994), na qual os atingidos possuem um protagonismo narrativo. O elemento auto-reflexivo contido na auto

---

<sup>4</sup> Portanto, esse recorte geográfico deve ser levado em conta quando o termo “atingido” e equivalentes for acionado.

responsabilidade editorial é marcante, pois são os atingidos das comunidades mencionadas acima que escolhem, aprovam e realizam colaborativamente boa parte do material publicado.

Para os objetivos deste texto, o JAS ajuda a entender como aquele grupo de atingidos se reorganizou (tanto simbólica quanto empiricamente) em mobilizações e atos políticos, a partir de um terricídio (e a notar o desafio de articulá-lo). O desastre de Mariana pode ser contado de várias formas, mediante vários dados, como notas técnicas de órgãos ambientais, da defesa civil, peças jurídicas, peças jornalísticas, laudos especializados, etc. No caso do JAS, centro a análise nos relatos, testemunhos, memórias e sentimentos postos em visibilidade em suas publicações.

O debate conceitual ativado pelo presente trabalho gira em torno principalmente das dimensões subjetivas de um desastre e suas consequências de longa duração; da estrutura de sentimentos que emerge a partir dos atingidos; da política de memória realizada no JAS; e, finalmente, de como é possível pensar, num horizonte, o desastre em termos de um trauma cultural. A partir de diversos relatos, narrativas e testemunhos, o jornal traz à tona, para uma visibilidade coletiva mais ampla, uma série de questões que se apresentam na cotidianidade dos atingidos, permite perceber ao longo do tempo como as vozes se engajam com os eventos, como negociam controvérsias através da escrita.

### **Jornal A Sirene e a emergência de estruturas de sentimentos**

Proponho verificar de que maneira o desastre de Mariana teve um efeito subjetivo peculiar: a emergência de uma estrutura de sentimento dos atingidos da região – fortemente associada ao território e à mineração, ou seja, à nova forma que eles passaram a apreender suas vidas e sua conexão com o território, a enxergar os múltiplos riscos e danos associados com o empreendimento minerador e como demandar reparações. A lama de rejeitos revolveu algo mais do que o mundo físico. Isso significa dizer que a experiência de vida dos atingidos mudou qualitativamente e que isso pode ser visto em processo na medida em que eles expressaram ou tentaram articular como o desastre os afetou de diversas formas. A noção de estruturas de sentimento diz respeito a

elementos especificamente afetivos da consciência e das relações, e não de sentimento em contraposição ao pensamento, mas de pensamento tal como sentido e de sentimento tal como pensado:

a consciência prática de um tipo presente, numa continuidade viva e inter-relacionada. Estamos então definindo esses elementos como uma “estrutura”: como uma série, com relações internas específicas, ao mesmo tempo engrenadas e em tensão (WILLIAMS, 1979, p. 134).

É algo como um processo de *assemblage emocional*, de arranjo afetivo processual e de produção de uma nova consciência a partir do desastre que a ideia de estrutura de sentimento busca lidar. É um componente afetivo e efetivo da realidade (SHARMA e TYGSTRUP, 2015), visto que esse movimento interno faz parte da ignição das instâncias pragmáticas, são o motor íntimo das ações concretas. Nesse sentido, os atingidos passaram a empenhar novas chaves de leitura para a sua relação com o território e as relações nele a partir da perda (indo da *topofilia* à *solastalgia*<sup>5</sup>), ou, em termos mais ou menos geográficos, houve uma brusca alteração na paisagem vivencial. Há uma nova ênfase sobre o lugar que a atividade mineradora e seus riscos passou a ocupar nela. Nesta seção, portanto, beneficiei-me da construção teórica de Raymond Williams sobre a emergência de uma “estrutura de sentimento” pós desastre, enxergando-a em trânsito no Jornal A Sirene, na medida em que indica o nível de desestabilização coletiva causada pelo rompimento da barragem de rejeitos. Dessa maneira, utilizo o JAS como um acesso à estrutura de sentimento dos atingidos nascida da destruição.

Para Williams (1979, p. 133), “o que estamos definindo é uma qualidade particular da experiência social e das relações sociais, historicamente diferente de outras qualidades particulares que dá o senso de uma geração ou de um período”. Embora o autor tenha criado a noção de estrutura de sentimento para lidar com processos de longa duração observáveis em mudanças principalmente na arte ou na cultura, em suas próprias palavras:

The term I would suggest to describe it is structure of feeling: it is as firm and definite as ‘structure’ suggests, yet it operates in the most delicate and least tangible parts of our activity. In one sense, this structure of feeling is the culture of a period: it is the particular living result of all the elements in the general organization. And it is in this respect that the arts of a period, taking these to include characteristic approaches and tones in argument, are of major importance. (WILLIAMS, 1965, pp 64-65)

<sup>5</sup> Conceitos desenvolvidos pelo geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan.

Pretendo usar o conceito de forma específica, pensando-o como metodologia (PESCHEL, 2012), ou seja, uma forma de identificar e isolar certas características da experiência afetiva emergente em Mariana. O primeiro passo para operacionalizar essa análise é dissociativo: destacar blocos de sentimentos a partir de seus elementos de impulso, contenção e tonalidade. O segundo passo é associativo, ou seja, busca identificar a configuração desses elementos, defini-los como estrutura, como conjunto específico de relações internas.

Sigo o entendimento de Williams (1979) quando rastreia a emergência de novos padrões de experiência numa estrutura de sentimento, ou seja, uma modificação geral na experiência e na presença relacionados a formas como o mundo é sentido e vivido. No caso de Mariana isso acontece de maneira forçada, como consequência pós-desastre. As pessoas começam a pensar diferente, surgiram novas sensibilidades, criaram-se novos hábitos, estabeleceram-se novos valores, novos vocabulários passaram a fazer parte do cotidiano, novos circuitos (jurídico, midiático, burocrático, médico, por exemplo) passaram a produzir atravessamentos na vida delas. O que não quer dizer que todo desastre afete ou cause a emergência de uma nova estrutura de sentimento – não é algo automático, nem significa que todos os atingidos, de maneira homogênea, sejam determinados por elas.

Sou capaz de afirmar isso no caso de Mariana a partir dos registros no JAS, na medida em que essa estrutura de sentimento emergente deixou traços em materiais culturais. O JAS — que se coloca como uma certa autoridade discursiva coletiva, capaz de ser um dispositivo narrativo agenciado pelos atingidos, representar e apresentar sua situação — é uma arena de exercício de expressão, tensionando e oferecendo próprias chaves de leitura do desastre, Tateando por uma disponibilidade semântica na variedade de relatos e narrativas.

Em termos espaciais, me refiro e restrinjo à emergência de uma estrutura de sentimento entre os atingidos de localidades de Bento Rodrigues, Barra Longa, Paracatu, Ponte do Gama, Camargos, Borba, Gesteira e proximidades, na medida em que o JAS é um documento dispositivo de expressão comunitária dessa região. A variável temporal é interessante, pois constantemente os atingidos articulam sobre o que eram antes e o que se tornaram, o que possuíam e o que perderam, como eram suas relações antes e depois do desastre, enfim, sendo possível considerar o desastre também como uma ruptura biográfica.

Adiante, me concentro em textos que valorizam depoimentos, relatos, opiniões e análises dos próprios atingidos e montarei, com esse tipo de dado, dois arcos

temáticos a partir dos testemunhos. Não compõe a amostragem textos editoriais, textos ficcionais ou institucionais informativos, como, por exemplo, os relacionados aos direitos dos atingidos, de autoria de membros do Ministério Público, nem informes sobre agenda de eventos e de mobilizações. Também não realizo recorte específico por marcadores sociais da diferença (gênero, raça e classe).

### **Dinâmica de sofrimento e instâncias de empoderamento**

O primeiro ano do JAS é marcado por um olhar reflexivo: uma visão de dentro para dentro, do familiar que precisa deter-se sobre si mesmo e nesse percurso ganha mais detalhes sobre sua própria consistência, o que gera, em algum nível, um ganho em protagonismo. Os atingidos participam de “todo o processo, desde a escolha das pautas até a finalização do que foi proposto, acompanhado e validado” (Jornal A Sirene, ed. 0<sup>6</sup>). Nesse sentido, é interessante inicialmente perceber os critérios de noticiabilidade do JAS, distintos dos critérios canônicos do campo do jornalismo hegemônico. Há um objetivo de gerar aproximação, de expandir a sensibilidade do leitor, de tornar a audiência parte dos acontecimentos e dos sentimentos que atravessam a experiência dos atingidos para com isso alcançar apoio e empatia em suas empreitadas e desafios como, por exemplo, lidar com o sentimento de desençaixe, a ruptura biográfica, elaborar as condições de pertença, com o enfrentamento à hostilidade, à estigmatização. Logo abaixo, uma seleção de fragmentos recolhidos das primeiras nove edições que auxiliam a navegar por algumas tonalidades de sentimentos que passam a ser vocalizados:

TEXTO 1: Quando me disseram “a casa caiu, temos que ir pra Mariana”, eu sabia que era só o começo, que eu ia sofrer mais. Já sofri muitos anos, passei fome, criei cinco filhos sozinha, mas aquele dia 5 novembro foi uma coisa que eu nunca mais vou esquecer na minha vida (Jornal A Sirene, ed. 0, p. 3).

TEXTO 2: Minha mãe morreu de susto. Caiu na lama morta. Não consegui salvar. Não consegui salvar ninguém (Jornal A Sirene, ed. 0, p. 5).

TEXTO 3: Tem hora que cê fica assim, triste! Porque aqui era o cantinho da minha mãe, da gente. Ela morava aqui há 75 anos.

---

<sup>6</sup> Todas as edições consultadas para elaboração deste trabalho estão disponíveis no site <https://issuu.com/jornalasurene>

Ela nasceu naquela casa lá. A vida dela foi toda aqui, teve 7 filhos (Jornal A Sirene, ed.2, p. 10).

TEXTO 4: Bento Rodrigues é minha terra natal, meu domicílio eleitoral e local onde possuo estreitos laços afetivos, já que meus antepassados vivem há gerações nesse distrito. Mas esses fatos parecem irrelevantes para a Samarco, que mais uma vez utiliza critérios como lhe convém (Jornal A Sirene, ed. 3, p. 4)

TEXTO 5: Me sinto atingida por não saber ser atingido. Perdi lar, objetos afetivos, sentimento de pertencimento, acolhimento, conquistas. Não sei, como atingida, contabilizar minhas perdas ou o que ainda posso perder. Como calcular a extensão de tudo que aconteceu? (Jornal A Sirene, ed. 5, p. 7).

TEXTO 6: Vidas se perderam. Transformaram nossos sonhos em pesadelos, mataram nossa alegria, roubaram nossas esperanças, nosso futuro (Jornal A Sirene, ed. 7, p. 16).

Perdas, trauma, luto, confusão, vulnerabilidades, desorientação, impotência, exaustão, invisibilidade, ameaça, medo, desconfiança e nostalgia são alguns dos sentimentos articulados pelas matérias durante esse período: é um amplo levantamento e registro de vidas perdidas, da perda das relações comunitárias, de vizinhança e de conexão com o território, das perdas econômicas, da destruição de planos para o futuro, de locais de lazer urbanos e na natureza, da morte de animais, de danos visíveis e invisíveis. O primeiro ano é, sobretudo, um período onde se explicitam os contornos de uma **dinâmica de sofrimento**.

Contudo, fragmentos adicionais indicam que emergir como potência de enunciação, com capacidade de efetivamente dizer algo sobre o que aconteceu e escolher que histórias contar, figura como uma manifestação de agência positiva. Há, nesse esteio, uma outra nuance de sentimentos. Os atingidos do JAS criticam e recusam certas categorias midiáticas e corporativas (a própria ideia de “atingido” é desafiada, os limites formais dela são criticados — pensado não apenas o indivíduo, mas a coletividade atingida), tensionam versões, detectam aliados e atribuem responsabilidades sobre o desastre e sobre o processo de reparação, reivindicam atenção para questões específicas e reclamam uma dignidade adequada para problemas que enfrentam, bem como estimulam a esperança, a mobilização coletiva (desde em eventos como festividades, cerimônias religiosas, jogos esportivos a reuniões em comissões) e engendram um senso de justiça.

TEXTO 7: O que incomoda é ser celebridade da desgraça (Jornal A Sirene, ed. 1, p. 14).

TEXTO 8: Pela memória de tudo que essa comunidade sempre me ofertou de melhor - garanto que não foram poucas coisas — me sinto no dever de me empenhar ao máximo por sua preservação (Jornal A Sirene, ed. 4, p.3).

TEXTO 9: Não queremos chorar, queremos nosso direito de decidir sobre os rumos das nossas vidas (Jornal A Sirene, ed. 4, p. 7).

TEXTO 10: O MAB apareceu em nossas vidas como um professor e nos ensinou o bê-á-bá. Não sabíamos nada desse negócio de ser atingido e o MAB não só nos mostrou o que é ser atingido, nos dando um norte, como também nos fez entender os nossos direitos, nos organizando como grupo e, conseqüentemente, nos fortalecendo (Jornal A Sirene, ed. 6, p. 6).

TEXTO 11: É necessário assumir o lugar de protagonista, de sujeito de direitos. Mas não sozinha e sim com minha gente, gente que sente e passa pelo mesmo conflito. Vou aprender, pois estou no caminho! (Jornal A Sirene, ed. 6, p. 7).

TEXTO 12: Cada peça, cada pedaço, nos lembra quem somos. Mesmo com nossas vidas mutiladas ainda estamos aqui. O rejeito não soterrou nossas memórias (Jornal A Sirene, ed. 9, p. 19).

Os fragmentos acima denotam um outro aspecto da experiência dos atingidos, conectado à **instâncias de empoderamento**: implicam conteúdos associados à esperança, fé, mobilização, coragem, perseverança, indignação, denúncias, reivindicação, enfrentamento, vigor, força, capacidade (sentir-se capaz), bem como apelos à um espírito de coletividade. Adiante, tomo essa dupla expressão, de dinâmica de sofrimento e de instâncias de empoderamento, como modalidades de estruturas de sentimento, expostas acima separadamente por razões de exposição didática. As ênfases ou pontos de ancoragem se alteraram ao longo dos outros anos, na medida em que outras questões passam a fazer parte da moldura geral, conforme discutiremos a seguir.

Detenho-me rapidamente no argumento da temporalidade do desastre do rompimento da barragem da Samarco. Isso implica que, ao longo dos anos, são acentuadas ou surgem novas fontes de problemas ou de sofrimento social, como, por exemplo, questões ligadas ao mundo burocrático e aos ritmos do

circuito jurídico. Se há continuidade na dinâmica de sofrimento e nas instâncias de empoderamento, novas situações e desdobramentos serão encarados. Os fragmentos das edições do segundo ano, ilustram esse cenário:

TEXTO 13: É lamentável sermos condicionados a essas violações, mesmo sabendo que foi a negligência da empresa que causou toda essa tragédia. O tempo passa e nos sentimos impotentes para mudar esse panorama. A construção do dique S4, em Bento Rodrigues, é retrato da imposição a que fomos submetidos. Sua construção se deu através de um decreto estadual e sem o consentimento da comunidade (Jornal A Sirene, ed. 10, p. 19).

TEXTO 14: A Fundação Renova foi criada e nada mudou, pois, na sua maioria, os funcionários da empresa são remanescentes da própria Samarco. Como confiar naquele que fez vítimas e hoje está querendo cuidar dessas vítimas? (Jornal A Sirene, ed. 16 p. 2).

TEXTO 15: Ser atingido é você perder tudo. É você ser julgado e não ter os direitos reconhecidos. A cada audiência, a cada dia você se humilha para tentar ter seus direitos reconhecidos. Ser atingido é a pior coisa que pode acontecer com o ser humano no mundo (Jornal A Sirene, ed. 20, p. 16).

TEXTO 16: Nós, atingidos, temos que nos unir e lutar sempre. Não podemos cruzar os braços diante do primeiro que falar “não”. Muitos desistem no meio do caminho, porque, com a Renova/Samarco, só funciona através da pressão e da insistência. É muito importante que os atingidos vistam a camisa da luta e partam para a busca de seus direitos. É através dela que conseguiremos a vitória (Jornal A Sirene, ed. 17, p. 2).

TEXTO 17: Eu não escreveria no jornal da Renova porque seria mais uma maneira de levar a mentira ao povo. Falar que ela está fazendo, mas na realidade, não acontece. Além disso, seria mais uma forma de promover injustiças. Eu, como atingida, jamais poderia compactuar com a Renova, por vivenciar todos os dias as injustiças e a crueldade da qual eles fazem com os atingidos, tanto por mim quanto por minha filha (Jornal A Sirene, ed. 18, p.2).

TEXTO 18: A fé nos sustenta. É ela que nos faz lutar pelos nossos objetivos. Desde quando era criança, ela tem um significado muito forte pra mim. Algumas pessoas nos criticam por estar indo à igreja, participando das nossas festas na comunidade depois que tudo aconteceu. Mas nós temos sempre que manter nossas tradições e agradecer para nos fortalecermos (Jornal A Sirene, ed. 20, p. 10).

Um dos pontos de ancoragem dos dois arcos temáticos, no segundo ano de publicação, relaciona-se com a construção de um dique para contenção de rejeitos, o Dique S4, que submergiria parte do município de Bento Rodrigues: questões relacionadas à preservação física de patrimônio e memória coletiva ganham fôlego no JAS. Camadas de perda são adicionadas e outras de indignação ficam mais explícitas. Os embates entre comunidades atingidas e a organização gestora do processo de reparação e de reconstrução das comunidades atingidas, a Fundação Renova, escalam, em especial por causa do início da circulação de uma publicação chamada “Jornal da Renova”, em julho de 2017, cuja legitimidade é imediatamente contestada pelos atingidos da zona rural de Mariana. Novos atores são anunciados como aliados, tais como as assessorias técnicas independentes. Antigos aliados passam a ocupar espaços no JAS, chegando a assinar matérias como entidade, a exemplo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), ou como membros de equipes de assistência da região, como trabalhadores de saúde.

No terceiro ano, três elementos ganham maior centralidade. A judicialização da dor perpassa todos eles. O fluxo de reuniões, audiências e de todo o circuito burocrático já é naturalizado, mas não sem rugas. O desejo de participação ocasionalmente se concretiza, mas a qualidade da participação e a efetividade das propostas feitas pelos atingidos é posta em questão. A linguagem e os instrumentos do mundo jurídico colocam-se como desafio, é um terreno que eles precisam entender como navegar. O primeiro elemento é justamente a morosidade, o tempo que decorre dos acordos às ações operacionais que, para os atingidos, não é compatível com a urgência que demandam.

As controvérsias sociotécnicas que acompanham a crise desencadeada pelo desastre, configuram um estado particular de irresolução, experimentado pelos afetados através da espera: espera por mais testes, pelas avaliações, pelo monitoramento, pelas decisões judiciais. A espera, então, constitui sentidos de sujeição e crescente frustração, que afligem as vítimas (ZHOURI et. al, 2017).

É algo que ganha sensível relevo nos pontos de ancoragem associados à dinâmica de sofrimento nesse período.

TEXTO 19: Não existe nenhuma relação de confiança entre os atingidos e a Fundação Renova. Todos nós sabemos que ela vem como um fantoche para tomar pedrada no lugar das empresas. Ela não resolve nada. Ao invés de resolver, ela burocratiza os problemas (Jornal A Sirene, ed. 22, p. 2).

TEXTO 20: Não só no nosso caso, mas o que mais se vê não é justiça e sim o oposto. A sensação que temos é que, a cada dia que passa, vamos nos sentindo mais acuados. A pressão é muito grande, pois a nossa briga é com os grandes, empresas, governo, ou seja, ela é muito difícil e requer muita persistência. E sabemos que, para eles, qualquer dinheiro vale mais do que justiça (Jornal A Sirene, ed. 28, p. 5).

O segundo elemento, diz respeito ao processo de reassentamento das famílias, questões que envolvem deliberações sobre a área a ser ocupada, os tipos de construções, bem como sobre as percepções de precariedade da vida em remoção forçada. O último elemento centra-se na transposição da ideia de atingido para um dispositivo de mensuração objetiva, o cadastro de danos: o conflito orbita os critérios que tornam alguém legalmente reconhecido como digno de direitos de reparação ou não. Estes dois últimos estão mais conectados às instâncias de empoderamento. Os fragmentos abaixo exemplificam tais dimensões:

TEXTO 21: Em uma das assembleias, a Renova/Samarco não quis estipular prazo. Se não vão estipular prazo é porque já estão prevendo que vão atrasar. Podemos até pensar que, como a empresa é grande, podem ter muitas empreiteiras e pode dar o tempo de fazer, mas isso também pode tumultuar muito a situação. Nem o registro do terreno eles têm e, sem o registro, eles não conseguem fazer nada. Se eles quisessem fazer mesmo, já tinham feito nesse tempo todo que já passou. Vejo que eles não estão correndo atrás mesmo (Jornal A Sirene, ed 25, p 9).

TEXTO 22: Depois de tudo, posso dizer que, se tem uma coisa que aprendi, é que quem cala, consente. Então, a minha função na Comissão dos(as) Atingidos(as), hoje, é a de questionar tudo (Jornal A Sirene, ed 28, p 3).

TEXTO 23: A Renova/Samarco não mostra todos os danos que foram causados, porque ela foi contratada para excluir direitos, e o menor número de prejuízos que ela puder reconhecer, pra ela, é melhor. A fundação/empresas assumiu 19 danos na Matriz dela, mas, quando fizemos a nossa, foram levantados mais de 900, mas que, quando você para pra pensar, parecem ser milhões na cabeça da gente. Se existe dano, a Renova/Samarco não teria que reconhecer não, teria que ser obrigada a pagar por eles. E o reconhecimento dos nossos danos não deveria estar sendo negociado (Jornal A Sirene, ed. 30, p. 4).

TEXTO 24: Esses três anos foram de muita luta e de muita incerteza. Tive que aprender muito, porque não estava acostumado

a reuniões e audiências [...] Antes, eu me sentia uma pessoa livre, hoje, mudou. Minha liberdade... Me sinto como um passarinho que estava solto e você prende ele na gaiola, depois o solta e ele nunca será o mesmo. Fica sem rumo (Jornal A Sirene, ed. 32, p. 7).

Destaco deste último ponto como o JAS intenta vocalizar uma pluralidade de repertórios e de valores (LOSEKANN, 2018; MARTINEZ ALIER, 2018) que vão além da mera equivalência financeira. O conflito é também sobre definições, sobre que termos devem ser utilizados a respeito da especificidade e abrangência de danos materiais individuais ou familiares, danos referentes às atividades econômicas, danos materiais e morais coletivos, danos extrapatrimoniais. Nesse sentido, é evidente a assimetria política entre os atores ligados à Samarco e os atingidos, bem como a forma como o campo jurídico, mais próximo da linguagem corporativa, representa uma arena onde os primeiros possuem considerável vantagem de manobra.

O quarto ano, analisado das edições 34 à 44<sup>7</sup>, é marcado pelo desastre de Brumadinho, ocorrido em 25 de janeiro de 2019. Irmanadas pela tragédia, a solidariedade é a tônica e transparece mais de uma vez ao longo das edições. Por um lado, esse segundo acidente de grandes proporções reforça o discurso de responsabilização das empresas mineradoras; por outro, converteu Mariana em um acervo ainda mais importante de aprendizado – uma pedagogia das ruínas na qual o JAS tem algum lugar de destaque. Além disso, inovações políticas na luta dos atingidos nesse período, como a denúncia ao Conselho de Direitos Humanos na ONU e a ocupação da sede do escritório da Renova em Mariana, são efeitos do acúmulo da articulação ao longo dos anos anteriores e do acirramento de antagonismos. As negociações emaranhadas em torno das indenizações, a retomada de eventos-chave e um tom avaliativo são outros componentes notórios desse arco temporal.

TEXTO 25: Eu vejo o Jornal A SIRENE com uma importância muito grande a favor dos(as) atingidos(as). As grandes mídias, hoje, não são fiéis às nossas falas, na íntegra. Quando o(a) atingido(a) é entrevistado(a), a sua fala não é publicada totalmente. Essas mídias têm dado muito mais ênfase para a Samarco, que é a causadora do crime, do que para os(as) atingidos(as) (Jornal A Sirene, ed 35, p 8).

TEXTO 26: Eu já nem sei mais o que me dá força, sei que ela tá

<sup>7</sup> A edição de agosto não foi realizada pelo fim do acordo original que possibilitou o financiamento do JAS até então.

aqui. Acho que é a sede por justiça. É toda a injustiça que acontece há três anos aqui, em Mariana, e que provavelmente vai acontecer em Brumadinho agora. Não sei expressar o que me dá força, mas sei que ela tá aqui (Jornal A Sirene, ed 36, p 8).

TEXTO 27: O nosso esforço é não deixar a Renova desmobilizar a nossa luta. Só assim vamos conseguir o nosso direito, que foi roubado. A melhor e única saída que nós, atingidos, temos é a luta coletiva para conquista de direitos (Jornal A Sirene, ed 37, p5).

TEXTO 28: Vivi quase 50 anos em Paracatu. Eu nasci e fui criada na roça. Tenho uma saudade da minha casa, lá eu vivia muito bem. Aqui não tem lugar de plantar nada. É tudo cimento e a casa não é nossa. Lá eu tinha horta na porta de casa, era uma senhora horta. [...] Quando deito na cama, eu perco o sono. Penso no tanto que quero voltar para minha casa. Vai fazer quatro anos que estamos nessa peleja. Quando eu voltar para casa, a primeira coisa que vou fazer é passar um caféquentinho. Eu ainda tenho esperança (Jornal A Sirene, ed 37, p 11).

TEXTO 29: O jornal é um lugar muito importante para nós, atingidos, contarmos nossas histórias. É uma maneira de protestar. Sempre digo: “temos que contar mesmo, não pedimos para entrar na história, mas já que entramos, temos que contar para as pessoas saberem”. Daqui a 50, 100 anos, isso vai estar escrito, não estaremos aqui, mas as pessoas vão saber. As pessoas vão lembrar, nós vamos lembrar (Jornal A Sirene, ed 40, p 9).

As ênfases de cada ano não excluem que questões anteriores continuem a ser abordadas, mas o objetivo foi destacar aquilo que desencadeia alguma saliência momentânea no relevo dos sentimentos expressos pelos atingidos. O que essa observação pormenorizada permitiu até aqui, é a percepção de uma estrutura de sentimento bimodal. No horizonte, ela é articulada tanto por uma ampliação da solidariedade aos atingidos quanto por uma luta por reconhecimento (e por reparação). Essa estrutura de sentimento, por fim, traz para o primeiro plano uma outra história da mineração que, sugerimos, está submergida em um contexto de trauma cultural. Essa afirmação necessita, antes de ser melhor elaborada, de um breve excuro sobre como o JAS agencia a memória coletiva.

## Trabalho de memória, sofrimento social e trauma cultural

Selecionei os fragmentos do JAS a partir de uma lógica testemunhal seguindo de perto algumas indicações sugeridas por Michael Pollak e Nathalie Heinich quando escrevem sobre experiências em condições extremas (em específico, no caso deles, os sobreviventes de campos de campos de concentração nazistas). De certa forma e com certa cautela, os afetados pelo colapso da barragem de rejeitos de Mariana parecem passar por situação análoga no que diz respeito à ruptura traumática de identidade, algo que altera tanto o auto entendimento quanto à forma como se é visto pelos outros.

O JAS é um substrato onde esse processo de gestão da identidade se monta. É nele que se torna visível um esforço coletivo de dizer, de apresentar sentidos, de disputar definições: é nele, e isso é central neste trabalho, que se verifica a existência de uma “comunidade afetiva” (HALBWACHS, 1990) a partir da qual emerge uma nova estrutura de sentimento entre os ex-moradores dos subdistritos mais impactados de Mariana e onde é problematizada e desconstruída a “tradição seletiva” da mineração.

Me aproximo da noção de testemunho como um instrumento de reconstrução da identidade, não apenas quando transmite narrativas factuais limitadas à função informativa, visto que ele coloca em jogo a tensão entre a memória e a autorreflexão (*quem era, quem sou, o que me tornei*). Entendo o JAS como estímulo à expressão, uma iniciativa contra a repressão discursiva. Os relatos ali presentes, enxergados aqui como testemunhos, tem duas faces: uma individual, na qual os sujeitos apresentam suas queixas, narram suas perdas; e outra coletiva, pois considerada digna de ser relatada apenas na medida em que é objeto de uma experiência compartilhada – neste caso, fala-se da própria vida em nome de um valor geral, como a justiça ou a verdade. Nessa chave, o JAS parece ser um tipo de organizador desses diversos testemunhos em nome de valores gerais, o que por sua vez, conforme Michael Pollak e Nathalie Heinich, implica um trabalho de memória.

O trabalho de memória, dentro do que Maurice Halbwachs chama de a “comunidade afetiva”, pode atenuar tudo o que, nas memórias individuais, remeteria ao isolamento e também aos dolorosos conflitos, bem como aos traumas que podem ter e que subsequentemente provocam processos de repressão, angústia

em relação aos outros e recusa de contato. Este trabalho seletivo desemboca na formação de uma memória coletiva (POLLAK, 1989; 1992) . Num contexto de ruptura brusca de modos de vida, tal trabalho parece ter ajudado os atingidos a lidarem com a experiência traumática, uma vez que participa da manobra de contorno do silêncio – em não conformar-se com as visões dominantes que possam circular sobre os eventos, mas tomar uma certa instância ativa e produzir entendimento e dispô-los na arena pública. O falar é político.

A antropóloga indiana Veena Das interpõe algumas questões adicionais no que se refere à aproximação aos testemunhos e memórias dos atingidos. Ela auxilia a compreender como o neoextrativismo se transforma em e é sentido como sofrimento social. Leva a refletir por quais poros a tragédia se comunica, em que dados ela se pulveriza, se sedimenta e que peças podem ser dispostas para recompor sua complexidade, construir sentidos. Indica raciocínios para compreender o que é uma dinâmica de sofrimento social e como situá-la.

Danos devastadores que forças sociais podem infligir à experiência humana. O sofrimento social resulta do que os poderes político, econômico e institucional fazem com as pessoas e, reciprocamente, de como essas formas de poder influenciam as respostas a problemas sociais (KLEINMAN, DAS, LOCK, 1997, p 9).

70

É nesse sentido que contribui para a investigação sobre os eixos em que giram e doem um terricídio, uma perda de relações de altíssima amplitude como a ocasionada pelo rompimento da barragem de rejeitos em Mariana. A partir da experiência social de sofrimento Das (1996) nota, entre outras coisas, como certos eventos dissolvem padrões da vida corriqueira, questiona como o sofrimento social é produzido, distribuído (por uma sociedade injusta) e incorporado pelas pessoas da coletividade, bem como de que forma é absorvido pelas instituições.

Nos contornos deste trabalho, Veena Das estimula a atenção para aquilo que as pessoas afetadas pelo desastre de Mariana (um *evento crítico*, conforme conceitua a autora) fizeram, coletivamente, em especial para a forma que modulam suas narrativas ou realizam uma expansão da dimensão individual de sofrimento rumo à negociação pública de sentidos. É dizer, em outras palavras, que sugere refletir sobre como violências estruturais associadas à lógica do neoextrativismo mineral (ARAOZ, 2020) , produtora de altos níveis de injustiça ambiental (KEUCHEYAN, 2014; ACSELRAD et. al., 2019), passa a fazer parte do cotidiano danificado dos atingidos.

Um exemplo de afetação nesses moldes está na lama. Ela é um elemento pervasivo e seguirá presente, narrada em todos os anos do JAS. Ela está não apenas na superfície geográfica ou suspensa no ar, em forma de poeira tóxica comumente mencionada como causadora de problemas de saúde, mas invade simbolicamente o universo dos atingidos de Mariana. Tomo de empréstimo a formulação que Telma Camargo Silva (2017) desenvolveu em etnografia junto aos rádio-atingidos por césio 137 em Goiânia, na década de 1980: ela enxerga que manifesta-se uma “*persona césio*” a partir da percepção cindida de si mesmas que as vítimas desenvolviam — a ruptura biográfica que engendra uma identidade também radioativa. No caso de Mariana, de forma análoga, há uma “*persona lama*”, dano que se desenrola no campo subjetivo para além do dia do desastre através, por exemplo, de preconceito, estigma e auto desvalorização.

Os quatro anos de publicações analisados neste trabalho me permitem ainda verificar o trânsito de uma modalidade específica de associação entre testemunho, memória e sofrimento social. É a possibilidade de apreender o que Jeffrey Alexander (2012) denomina “trauma cultural”. Esta noção diz respeito ao processo de trabalho cultural de fabricação de significados e representações a partir da qual o sofrimento social causado por eventos críticos alcança um status de entranhamento incontornável nas identidades do grupo afetado no qual está em questão a articulação da experiência em diferentes arenas, o apelo ao descentramento moral da audiência, o agenciamento da memória coletiva, a mobilização de uma gramática de valores

[...] o trauma cultural ocorre quando membros da coletividade sentem que foram sujeitos a eventos horríveis, que deixam marcas profundas em suas consciências, transformando suas identidades fortemente, impregnando memórias para sempre. [...] Ao construir traumas culturais é que os grupos sociais, sociedades nacionais e, às vezes, civilizações inteiras, não só identificam cognitivamente a existência de fontes de sofrimento humano, mas também viabilizam a aferição de responsabilidade por eles (ALEXANDER, 2012, p. 6 - tradução livre).<sup>8</sup>

Disso decorre afirmar que o JAS é um agente ativo na modulação da experiência do desastre como trauma cultural. Ele proporciona arranjos de

---

<sup>8</sup> Desenvolvo mais atentamente sobre os componentes desse tipo de trabalho cultural (a demanda/injúria fundamental; o grupo de transmissão; a audiência e situação; a classificação cultural; as arenas institucionais) em outro trabalho (SANTOS e REGO, 2021, p. 103).

memória e propõe um regime de atenção para a catástrofe e suas consequências em diferentes esferas da vida individual e coletiva. Seu mote (“Para não esquecer”) é justamente uma afirmação da dignidade de suas experiências para além das lentes espetacularizadas da mídia hegemônica ou da transmutação de seus sofrimentos em documentos jurídicos anexados a processos que demoram a ser concluídos. É a partir desse enlace conceitual proposto neste tópico que me habilito a afirmar que o JAS permite o acesso a uma versão diferente das narrativas e promessas da mineração brasileira.

### **Considerações finais: uma outra história do neoextrativismo minerador**

Djanira da Motta e Silva, pintora paulista, retrata em seus quadros o avanço da mineração na década de 1960, representando uma nova forma de dispor dos territórios, indicando uma nova relação com a natureza, mais industrial, matematizada e exaustora. Carlos Drummond de Andrade, poeta mineiro, também teve na questão mineral um pólo de atração irresistível. Sua cidade natal, Itabira, que viu o pico do Cauê desaparecer e ser comido por picaretas e máquinas gigantescas, transportado em milhares de vagões para os portos rumo ao outro lado do planeta, se irmana com Mariana e Brumadinho, nossas catástrofes mais recentes e superlativas no setor. Isso tudo nos diz algo e também deixa um sabor amargo, pois é uma irmandade que se estabelece na dor e numa semelhante dinâmica de sofrimento.

Há muito que as une, de fato. O poeta e a pintora anteviram a liturgia fúnebre de devastação na qual a Companhia Vale do Rio Doce, que hoje suprime o rio de seu nome, acabaria enredada. A mineração brasileira, filtrada também pelos artistas, permite trazer à tona uma importante discussão sobre justiça ambiental, ou seja, a partilha ou acesso desigual de recursos e o impacto assimétrico de externalidades aos grupos humanos e não-humanos, ecossistêmicos, colocando em evidência um fluxo ou intercâmbio ecologicamente desigual: aos importadores, matéria-prima para refino e beneficiamento industrial; às cidades exportadoras e seus moradores, sobretudo os pobres e racializados, destruição e ruínas. Brumadinho e Mariana como pontos de encontro de escalas: articula com lugares longínquos e processos complexos, alvos da cobiça dos empresários estrangeiros e exportadoras de minérios para regiões mais prósperas.

Questionar Mariana e seu desastre é pensar nessas nossas relações com pedras e na vida que elas nos legaram e que permitem nos manter seguindo (a que custo?). Do rejeito de minério e da lama tóxica acumulada ao modelo e lógica de desenvolvimento minerodependente brasileiro (ACOSTA e BRANDT; 2018), da reprimarização da economia nacional à vulnerabilização de comunidades racializadas e étnicas (SVAMPA, 2019); da maldição da abundância à mentalidade mesquinha, instrumental e monetizada dos mais violentos defensores do projeto de exploração mineral. Mariana conta uma outra história da mineração: não a das narrativas de progresso, desenvolvimento, solução econômica e prosperidade, mas questionamentos sobre o seu lugar na base ecológica da sociedade nacional, sobre como ela rege intensamente biocapacidades da materialidade biofísica do território – uma história de destruição de mundos. Conta também uma história de habitar, de resistir às expulsões (SASSEN, 2016) e persistir em mundos danificados (DAWNEY, 2019), onde o sofrimento alterou as paisagens da geografia interior de seus habitantes.

O JAS convida e promove um olhar sobre o cotidiano coletivo de comunidades no epicentro de um desastre. Colabora com o entendimento do sofrimento social e do trauma coletivo que emanam dali. Ajudam a situar o efeito traumático que se insinua por toda a região. Um exemplo do campo dos movimentos sociais torna isso mais nítido. Questionado em exposição durante aula, no segundo semestre de 2021, ao Programa de Pós Graduação em Geografia da UFJF, o ativista do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) Luiz Paulo Guimarães de Siqueira destacou que tais desastres vultosos são marcos no imaginário público da região, visto que ampliaram visibilidade e a sensibilidade dos riscos associados ao ponto de uma questão ser recorrente em comunidades em processo de instalação de projetos de extração: “Nós vamos ser uma nova Mariana? Nós vamos ser uma nova Brumadinho?”.

A análise demonstrou viável encarar o JAS como um substrato no qual sedimentam avaliações específicas dos acontecimentos e efeitos subjetivos coletivos ligados ao desastre. Portanto os temas, a tonalidade e todas as estratégias expressivas denotam como os atingidos continuamente formularam e seguem atribuindo sentido ao desastre. É ali, por exemplo e não exclusivamente, que elaboram articulações, definem aliados e antagonistas, ressaltam a variedade e intensidade de suas perdas e toda uma dinâmica de sofrimento, bem como

estimulam coesão interna, engajamento e empoderamento a partir da qual se consolida uma estrutura de sentimento. E isso é feito, percebo, colocando em cena a dimensão política dos testemunhos e relatos de perdas. Compreendo ainda que o jornal possui a insígnia de um depositário da memória coletiva do movimento dos atingidos da bacia do Rio Doce.

Quando Rachel Carson (2010) criticou os agrotóxicos em sua época, falou de uma primavera silenciosa, sem pássaros ou cigarras, pois mortos envenenados pela revolução verde. Quando Carolyn Merchant (1980) falou da morte da natureza, encontra o giz ao redor do cadáver na passagem da antiguidade para a modernidade, sobretudo no ideário mecanicista. Mas elas desejavam com isso justamente o contrário: primaveras ruidosas e vida abundante, reencantada. Desejo encontrar na aparente fantasmagoria das ruínas, as concretas e as subjetivas, não o mesmo eco mórbido do feitiço que as ocasionaram, mas centelhas de energia na espessura dos vínculos, em formas de criatividade e de cuidado, em solidariedades políticas e estratégias de transformação e resistência. Não a ansiedade pelo fim de tudo, mas examinar rotas que o evite.

## Referências

ACOSTA, Aberto; BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista**. São Paulo: Elefante, 2018

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

ALEXANDER, Jeffrey C. **Trauma: A social theory**. Cambridge: Polity, 2012.

ARAOZ, Horácio Machado. **Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade**. Tradução de João Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010,

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Editora UFRJ, 1994.

DAS, Veena. **Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India**. Oxford University Press, 1996.

DAWNEY, Leila. Decommissioned places: Ruins, endurance and care at the end of the first nuclear age. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v.45, n. 1, 2019.

FONTES, Roberta Neves. **Crime, desastre ou acidente?** Disputas narrativas sobre o rompimento da barragem da Samarco. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal de Viçosa, MG, 2018.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffer. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HEWITT, K. The idea of calamity in a technocratic age, in Hewitt, K. (Ed), **Interpretations of calamity**, Allen and Unwin, Boston, pp. 3–32, 1983.

KEUCHEYAN, Razmig. **Racismo Ambiental** (Trad. Nancy Meneghini). In: La nature est un champ de bataille: essai d'écologie politique. Paris: La Découverte, 2014.

KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. (Org.). **Social suffering**. Berkeley: University of California Press, 1997.

LOSEKANN, C. “Não foi acidente!” - O lugar das emoções na mobilização dos afetados pela ruptura da barragem de rejeitos da mineradora Samarco no Brasil. In: Andréa Zhouri (Org.); R. Oliveira et al. (2018). **Mineração: violências e resistências** [livro eletrônico]: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá, PA : Editorial iGuana; ABA, 2018.

LOSEKANN, C. A política dos afetados pelo extrativismo na América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 20. Brasília, maio - agosto, 2016.

MARCHEZINI, V. As ciências sociais nos desastres: um campo de pesquisa em construção. **BIB — Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais**, (83), 43–72, 2017.

MARTINEZ ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. Tradutor: Maurício Waldman. 2 Edição. São Paulo, editora Contexto, 2018.

MENDES, João Francisco Alves. **Representações sociais e complexidade: a identidade dos atingidos pela lama na barragem de Fundão (Mariana-MG)**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2020.

MERCHANT, Carolyn . **The death of nature: women, ecology, and the scientific revolution** . San Francisco: Harper and Row, 1980 .

PESCHEL, Lisa. ““Structures of Feeling” as Methodology and the Re-emergence of Holocaust Survivor Testimony in 1960s Czechoslovakia.” **Journal of Dramatic Theory and Criticism**, vol. 26 no. 2, p. 161-172, 2012.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

\_\_\_\_\_. “Memória e identidade social”. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992;

POLLAK, M.; HEINICH, N. “Le témoignage”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, 62/63, p. 13, 1986.

SANTOS, Natanael de Alencar; REGO, Natasha Karenina de Sousa. Para ler as ruínas do Antropoceno mineiro: catástrofe-crime e trauma cultural em Mariana. In: CASTANHEIRA, Nuno Pereira; TAUCHEN, Jair; SCARSO, Davide; BAVARESCO, Agemir. (Orgs). **Questões Ecológicas em Perspectiva Interdisciplinar: Natureza e Sociedade no Antropoceno – Superando a Separação?** Porto Alegre, RS: Editora Fundação Fênix, 2021.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global.** Tradução de Angélica Freitas. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SHARMA, Devika e TYGSTRUP, Frederik. **Structures of Feeling: Affectivity and the Study of Culture**, Berlin, München, Boston: De Gruyter, 2015.

SILVA, T.C. Silêncios da dor: enfoque geracional e agência no caso do desastre radioativo de Goiânia, Brasil. Iberoamericana: **Nordic Journal of Latin America and Caribbean Studies**, Estocolmo, v. 46, n. 1, p. 17-29, 2017.

SVAMPA, Maristela. **As fronteiras do neoeextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências.** Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.

VALENCIO, Norma (Org). **Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil.** São Carlos: RiMa Editora, 2009.

WILLIAMS, Raymond. **The Long Revolution.** Harmondsworth, Middlesex: Penguin, 1965

\_\_\_\_\_, Raymond. **Marxismo e literatura.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. ; ZUCARELLI, M.; VASCONCELOS, M.(2018). O desastre do Rio Doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. In: Andréa Zhouri (Org.); R. Oliveira et al. (2018). **Mineração: violências e resistências [livro eletrônico]: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil.** Marabá, PA : Editorial iGuana; ABA, 2018.

ZHOURI, A. BOLADOS, P. CASTRO, E.(Orgs). **Mineração na América do Sul: neoeextrativismo e lutas territoriais (1a ed.).** Coleção Cidadania e Meio Ambiente. São Paulo: Annablume, 2016.

ZONTA, Márcio. e TROCATE, Charles. (Ed.). **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton.** Marabá: Editorial iGuana, 2016.